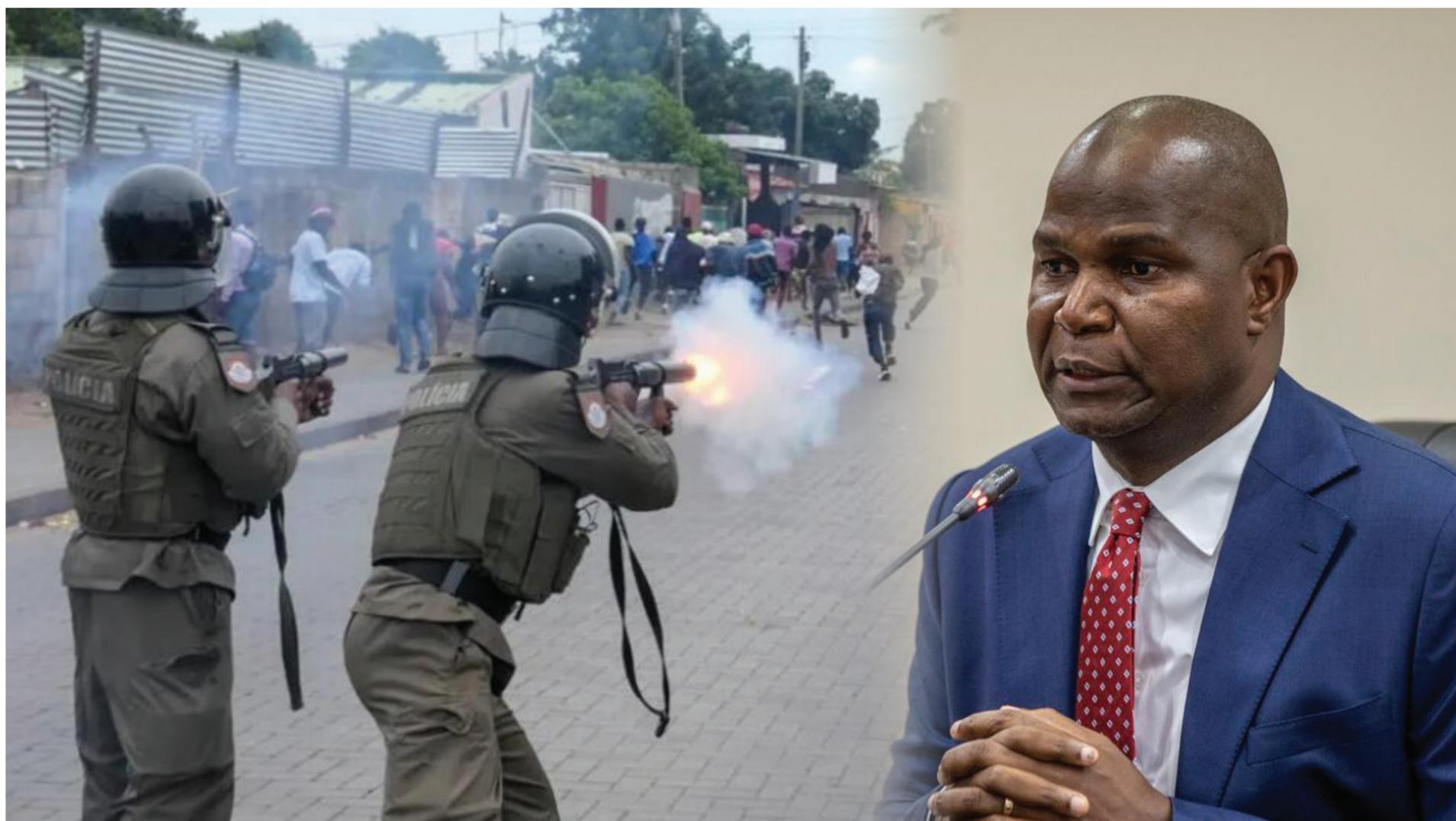


DANIEL CHAPO DECLARA GUERRA CONTRA O POVO

Juntar no mesmo pacote terrorismo, naparamas e manifestações contra meio século de desgoverno da Frelimo para legitimar a violência do Estado?

- “Combater manifestantes” sejam eles de que tipo forem não é resposta para a crise em que o país está mergulhado. As causas dessa crise são conhecidas, bem como é conhecida a saída para essa crise, que é o diálogo genuíno e inclusivo. Investir em declarações de guerra pode prolongar a crise



Daniel Chapo, que tomou posse em 15 de Janeiro de 2025 como o quinto Presidente da República (PR), declarou guerra contra o povo. Num discurso feito a partir de Pemba, a capital provincial de Cabo Delgado, Daniel Chapo equiparou o terrorismo, que desde 5 de Outubro de 2017 assola a província de Cabo Delgado, aos protestos que o país vive desde 19 de Outubro de 2024, feitos contra os resultados eleitorais, mas que com o tempo se metamorfosearam em protestos contra os 50 anos de desgoverno dos vários regimes do partido Frelimo. Porque na óptica dele as manifestações populares são iguais ao terrorismo, o Estado vai mobilizar-se para ata-

car o povo, mesmo que, para isso, seja necessário derramar sangue como acontece em Cabo Delgado.

“Tal como estamos a combater o terrorismo, há jovens que estão a derramar o seu sangue para a integridade territorial de Moçambique, para manter a nossa independência, aqui em Cabo Delgado, mesmo se for para jorarmos sangue contra as manifestações, vamos jorrar sangue. Vamos combater o terrorismo, vamos combater os naparamas e vamos combater as manifestações”, disse Daniel Chapo, num comício na cidade de Pemba, Cabo Delgado, na segunda-feira, 24 de Fevereiro de 2025.

Uma declaração para legitimar a violência do Estado

As palavras de Daniel Chapo soaram à declaração oficial de guerra contra o povo, tendo, por isso, gerado uma onda de indignação generalizada e críticas dentro e fora do país.

É uma declaração que parece buscar legitimar o recurso da violência do Estado contra o povo. Depois do escrutínio de 9 de Outubro de 2024, Moçambique registou uma crise pós-eleitoral devido a denúncias de fraude nas eleições que deram vitória à Frelimo e Daniel Chapo. Essa crise agravou-se a partir

de 19 de Outubro com a morte de Elvino Dias e de Paulo Guambe, dois dos rostos da contestação.

Devido a esse duplo homicídio, o candidato presidencial Venâncio Mondlane convocou manifestações à escala nacional, que desde o início foram respondidas com violência por parte das forças de segurança, o que levou a várias mortes. De 19 de Outubro de 2024 a 15 de Janeiro de 2025, o CDD recebeu notificações de 600 mortes, das quais 348 foram confirmadas.

Destes casos, 215 foram confirmados por meio da apresentação de certidões de óbito, evidências de funerais e visitas às famílias – especialmente em Maputo, onde o processo de verificação foi concluído em 90%. Milhares de pessoas foram detidas arbitrariamente pela polícia.

Trata-se de vítimas do Estado, que pela primeira vez em 30 anos de democracia, em contexto que não seja de guerra, se organiza e mobiliza recursos públicos materiais e humanos para matar o seu próprio povo.

Discurso Manipulado?

Tendo em conta a onda de críticas que se seguiram às suas declarações, Chapo veio a público com um desmentido, dizendo essencialmente que o seu discurso sobre “jorar sangue” foi tirado do contexto com vista a manipular a opinião pública. Chapo mantém o seu compromisso de “jorar sangue”, mas diz que será o sangue daqueles moçambicanos que realizam manifestações violentas.

“Temos situações em que pessoas acabam retirando palavras fora do contexto em que foram pronunciadas com o objectivo de manipular a opinião pública. No comício popular a que nós nos referimos, tanto antes como depois das manifestações violentas, ilegais, criminosas que culminaram com roubos, saques, vandalismo, incluindo até destruição de bens públicos e privados. São estas manifestações criminosas, violentas e até ilegais que estamos a nos referir e não as manifestações que constam da nossa Constituição da República, Lei-Mãe, e também que constam da lei das manifestações porque estas são pacíficas, estão na Constituição e na lei e têm mecanismos para poderem ser levadas a cabo”, justificou Chapo.

Ora, o Centro para Democracia e Direitos Humanos (CDD) condena as declarações do PR, por, para nós, significar uma declaração oficial de guerra para legitimar o uso da violência do Estado contra o povo. Se desde outubro de 2024 o Estado está a matar sem assumir (nunca uma entidade pública assumiu as mortes causadas pelas forças de segurança) agora quer matar oficialmente com o pretexto de se estar perante actos de terrorismo.

A narrativa de que os manifestantes que serão assassinados são aqueles que usam a violência não podem vingar. É que também são moçambicanos e em Moçambique não há pena de morte.



Mais: a tensão pós-eleitoral e as manifestações violentas só têm lugar porque ainda não há diálogo genuíno, visando o restabelecimento da paz e estabilidade do país. E o PR tem um papel importante na condução desse diálogo.

Nesse sentido, o CDD volta a apelar para um diálogo genuíno e inclusivo para o fim da crise que está a provocar danos irreversíveis no tecido económico e social do país. Esta crise não se resolve com declarações de guerra, mas com diálogo.



Construindo uma sociedade democrática que promove, protege e respeita os Direitos Humanos.

Building a democratic society that promotes, protects, respect human rights & transform people's lives.

INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – CENTRO PARA DEMOCRACIA E DIREITOS HUMANOS
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: André Mulungo
Autor: CDD
Layout: CDD

Contacto:
Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
Telefone: +258 21 085 797

Twitter: CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: http://www.cddmoz.org

PARCEIROS DE FINANCIAMENTO

